

Assassínio de Evo Fernandes gera tensões

Séc. Joan. 20/3/89

Governo português expulsa diplomata moçambicano

*** Moçambique dá ordens de expulsão ao conselheiro comercial e Cavaco Silva reage classificando a atitude de mera retaliação**

O Ministério português dos Negócios Estrangeiros declarou na sexta-feira «*persona non grata*» o 3.º secretário da Embaixada moçambicana em Lisboa, Rafael Custódio Marques, por implicação no caso da morte de Evo Fernandes.

A decisão — que implicou a saída de Rafael Custódio Marques de Portugal no prazo de 24 horas — foi comunicada sexta-feira pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros ao encarregado de negócios moçambicano em Lisboa, nos termos da Convenção de Viena sobre Relações Diplomáticas.

Numa nota emitida sobre o assunto, o Ministério português justifica a medida com a falta de «outra alternativa», na sequência da recusa moçambicana em aceder ao pedido de levantamento da imunidade diplomática do 3.º secretário da Embaixada de Moçambique.

A nota recorda que em 8 de Março a Procuradoria-Geral da República forneceu ao Governo português elementos indiciadores do envolvimento de Rafael Custódio Marques no caso que conduziu ao homicídio do líder da Renamo, Evo Fernandes.

«Perante a gravidade de tais elementos, o Governo solicitou em 14 do corrente ao Governo moçambicano, através da Embaixada de Portugal em Maputo, que usasse da sua prerrogativa de renunciar à imunidade de jurisdição penal em Portugal do referido agente diplomático», afirma a nota.

O MNE acrescenta que ao fazer aquele pedido, o Governo português «teve em mente criar as condições desejáveis para o total apuramento, em Tribunal, da verdade dos factos».

(cont. na pag. 38)

Portugal não permitirá a coberto da imunidade diplomática actos ilegais e criminosos no País

Séc. Joan.
20/3/89

(cont. da 1.ª pag.)

A recusa moçambicana foi comunicada a Portugal ao princípio da noite de quinta-feira.

Evo Fernandes, antigo dirigente do movimento anti-governamental moçambicano Renamo, residente em Cascais, foi assassinado em Abril de 1988 e o seu corpo encontrado numa estrada próxima da vila de Malveira da Serra.

Entretanto, o Governo moçambicano decidiu, no sábado, expulsar o conselheiro comercial da Embaixada portuguesa em Maputo, José Marcelino Pereira da Silva, retaliando pela expulsão pelo Governo português do 3.º secretário da Embaixada moçambicana em Lisboa. A decisão do Governo moçambicano foi comunicada por nota verbal ao embaixador de Portugal em Moçambique, Francisco Knopfli, pelo Ministério moçambicano dos Negócios Estrangeiros.

O conselheiro José Pereira da Silva terá que deixar Moçambique até à meia-noite de quarta-feira. O diplomata português, que desempenha funções de delegado do ICEP em Maputo, é casado com uma funcionária da TAP e está ao serviço da Embaixada portuguesa na capital moçambicana desde 4 de Março de 1980.

José Marcelino da Silva foi informado da decisão do Governo moçambicano pelo embaixador de Portugal cerca das 12.30 horas de sábado e reagiu com serenidade. «Não é o fim do mundo», disse.

A nota verbal comunicada ao embaixador Knopfli utilizava a fórmula protocolar de acusação do conse-

lheiro da Embaixada portuguesa de «actividades incompatíveis com o seu estatuto de diplomata». O embaixador recusou-se a comentar a expulsão de Silva Pereira, dizendo que esperava «indicações de Lisboa».

CAVACO SILVA IMPÕE-SE

A posição do Governo português foi, entretanto, conhecida. O primeiro-ministro Cavaco Silva lamentou a decisão do Governo moçambicano de expulsar um diplomata português, considerando que esta atitude não tem qualquer explicação e que é apenas uma «mera retaliação».

«Lamento a atitude que acaba de ser tomada pelo Governo moçambicano, que, como é óbvio, não tem qualquer explicação» — afirmou Cavaco Silva, referindo que ela em nada favorece as relações bilaterais.

Para o primeiro-ministro, «trata-se de uma mera retaliação à decisão do Governo português de expulsar o diplomata moçambicano que, de acordo com as instâncias de investigação criminal em Portugal, estava envolvido num crime praticado no nosso País».

«As autoridades moçambicanas reagem de uma forma que pretende como que disfarçar este acto ilegal» — acrescentou o primeiro-ministro português. Cavaco Silva salientou que «o Governo português pretende manter nesta situação serenidade. Mas há princípios que nós nunca aceitaremos pac-tuar».

«Nós nunca permitiremos

que qualquer cidadão estrangeiro, mesmo a coberto de imunidade diplomática, pratique actos ilegais e criminosos no nosso País» — sublinhou. «Este é um princípio que nós nunca deixaremos de defender com todas as nossas forças» — disse ainda o primeiro-ministro.

Cavaco Silva falava aos jornalistas em Pegões, no decorrer da sua visita ao distrito de Setúbal. Interrogado sobre se este assunto terá reflexos na sua anunciada visita a Moçambique, Cavaco Silva escusou-se a fazer neste momento qualquer outro comentário sobre a matéria.

Em Maputo, o edifício da Embaixada de Portugal sofreu a semana passada a quebra de alguns vidros da frontaria, por arremesso de vasos, encontrando-se dedido o presumível autor deste acto de vandalismo. Fontes da Embaixada de Portugal disseram à agência Lusa que o acto «poderá não estar directamente ligado aos recentes acontecimentos», referindo que o indivíduo em causa aparenta debilidade mental.

Quanto à Embaixada moçambicana em Lisboa, o matutino «Notícias» de Maputo afirma que as autoridades portuguesas, naquilo que considera uma «atitude preocupante», retiraram há alguns dias a guarnição policial responsável pela segurança da Embaixada.

Notícia de última hora refere que o delegado da TAP na capital moçambicana, Borges da Silva, chegou igualmente a estar a semana passada sob detenção policial.